

A atuação do BNDES na promoção da Responsabilidade Socioambiental

Angela Regina Pires Macedo

Departamento de Operações Sociais Área de Inclusão Social



Roteiro da Apresentação

I. Breve apresentação da Instituição

II. A Evolução da Política Socioambiental do BNDES

- 2.1. A internalização da dimensão ambiental
- 2.2. A internalização da dimensão social



Apresentação

- BNDES: empresa pública federal (ex-autarquia),
 criada pela Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952 (56 anos);
- · duas subsidiárias integrais:
 - FINAME (Agência Especial de Financiamento
 Industrial) para financiar a comercialização de máquinas e equipamentos;
 - BNDESPAR (BNDES Participações) para subscrição de valores mobiliários.



MISSÃO DO BNDES

A missão do BNDES é promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais.

VISÃO DO BNDES

A visão do BNDES é ser o Banco do desenvolvimento do Brasil, instituição de excelência, inovadora e pró-ativa ante os desafios da nossa sociedade.



Desembolso Anual do Sistema BNDES

R\$ bilhões		Ano
18,99	-	1998
18,05	-	1999
23,04	-	2000
25,21	-	2001
37,41	-	2002
33,53	-	2003
39,83	-	2004
46,98	-	2005
51,31	-	2006
64,89	_	2007



Indicadores Financeiros Consolidados

Balanço Consolidado (R\$ bilhões)

30/06/08

Ativo Total 222,7 202,6

Lucro Líquido 4,1 7,3

Desembolsos

R\$ 53 bilhões (jan-ago/08)

R\$ 81 bilhões (set/07- ago/08 - 12 meses)



Transparência

O BNDES é fiscalizado por diversos organismos dos setores público e privado:

como instituição financeira e pública, o BNDES segue orientações específicas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e do Departamento de Coordenação das Empresas Estatais Federais (DEST) do Ministério do Planejamento e tem suas contas julgadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que é um órgão auxiliar do Congresso Nacional.



Transparência

como componente da administração indireta do poder executivo – subordinado ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – o BNDES está sujeito a auditorias de gestão de crédito, empresarial, financeira, operacional, patrimonial, de tecnologia da informação e de ambiente de controle pela Controladoria Geral da União (CGU), que apóia o TCU no exercício de sua missão.

como responsável pela aplicação de recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), submete-se à orientação e ao crivo do Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT), organismo tripartite composto por integrantes do Governo Federal, do empresariado e das centrais sindicais de trabalhadores, os três com o mesmo número de membros.



Transparência

no *site* na internet — www.bndes.gov.br — são disponibilizadas informações sobre os financiamentos concedidos aos setores privado e público (Estados e Municípios). Também é disponibilizada a consulta a um acervo eletrônico de estudos e publicações sobre Assuntos Federativos e sobre diferentes setores da indústria.

as informações são atualizadas mensalmente e correspondem aos projetos contratados com os 50 maiores clientes do BNDES, nos últimos 12 meses, por Área Operacional.



Internalização da Dimensão Ambiental

A consideração dos impactos ambientais na classificação dos riscos de empreendimentos é uma iniciativa pioneira do BNDES, entre os bancos oficiais de crédito dos países em desenvolvimento.



A internalização da dimensão ambiental

Anos 70/80

Desde 1976, o BNDES considera formalmente a variável ambiental em seus procedimentos de análise e concessão de crédito. Na década de 80, a partir de intercâmbios com o Banco Mundial e com outros organismos internacionais, o BNDES intensificou seu envolvimento com a questão ambiental, criando uma linha específica para apoio a projetos industriais de conservação e recuperação do meio ambiente.



A internalização da dimensão ambiental

Anos 70/80

Com a instituição, pela Lei nº 6.938, de 31.08.1981, da Política Nacional do Meio Ambiente, a contratação de uma operação passou a ser condicionada à regularidade ambiental do empreendimento e do projeto em questão.

Em 1989, foi criada a primeira unidade ambiental do BNDES cuja atribuição foi coordenar o processo de internalização da variável ambiental nos procedimentos operacionais do Banco. Neste contexto, estabeleceram-se condições ambientais específicas para apoio a setores mais impactantes.



A internalização da dimensão ambiental

Anos 90

No começo dos anos 90, o BNDES assinou acordos internacionais que visavam à recuperação de áreas ambientalmente degradadas, como o contrato de financiamento do Programa Nacional de Controle da Poluição Industrial, assinado com o Banco Mundial e o Eximbank do Japão (atual JBIC), no valor total de US\$ 100 milhões.

O BNDES colaborou com o Governo Federal na formulação de aspectos financeiros relacionados à proposta brasileira para a Conferência de Cúpula realizada no Rio de Janeiro em 1992, bem como para o Protocolo de Montreal.



A internalização da dimensão ambiental

Anos 90

Destacam-se os seguintes resultados:

- ► assinatura da Carta de Princípios para o Desenvolvimento Sustentável, dentro da iniciativa do PNUMA Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente;
- participação como membro do Protocolo Verde, iniciativa federal (1995) para a incorporação da variável ambiental nas operações de crédito dos bancos públicos (BB, CEF, BNB e Banco da Amazônia) revisto e ratificado em 01/08/2008;



A internalização da dimensão ambiental

Anos 90

participação no Comitê Coordenador da Iniciativa de Finanças do PNUMA, como reconhecimento do pioneirismo do Banco na incorporação da variável ambiental em sua atuação;

divulgação da Contabilidade Ambiental promovida pela Conferência das Nações
 Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e PNUMA;

participação nas negociações relativas à Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.



A internalização da dimensão ambiental

Anos 90

no sentido de formalizar a inserção da variável ambiental nos procedimentos de enquadramento, análise de crédito, contratação e acompanhamento de operações, a Diretoria do BNDES aprovou, em 1996, resolução interna, que condiciona o apoio financeiro do Banco a programas ou projetos que atendam à legislação ambiental e de segurança e medicina do trabalho, bem como ao equacionamento adequado do suprimento e do uso eficiente de energia.



A internalização da dimensão ambiental

O Novo Milênio

na virada do milênio, a Política Ambiental do BNDES foi enunciada, explicitando o compromisso formal com os princípios do desenvolvimento sustentável.

▶ as Políticas Operacionais do BNDES foram alteradas com o objetivo de padronizar as condições especiais adotadas em operações envolvendo projetos, equipamentos e sistemas isolados destinados à preservação, conservação, controle e recuperação do meio ambiente.



A internalização da dimensão ambiental

Novo Milênio

em abril de 2003, o BNDES implementou o Guia de Procedimentos Ambientais, com a finalidade de orientar e sistematizar os procedimentos ambientais relativos ao Enquadramento, Análise, Avaliação de Risco Ambiental e Acompanhamento das operações de financiamento do BNDES.

A estrutura metodológica do Guia contém desde orientações sobre os aspectos ambientais a partir da concepção do projeto até a verificação da regularidade ambiental do empreendimento.



Guia de Procedimentos Ambientais

O Guia de Procedimentos Ambientais é indicativo e tem como objetivo orientar e sistematizar os procedimentos ambientais relativos ao Enquadramento, Análise, Avaliação de Risco Ambiental e Acompanhamento dos financiamentos do BNDES.

Estrutura dos Guias Ambientais:

- 1. análise setorial;
- 2. descrição geral das atividades;
- 3. aspectos sócio-ambientais;
- 4. síntese das principais questões que devem ser consideradas no enquadramento e na análise de projetos do setor;
- 5. análise dinâmica dos indicadores socioambientais;
- 6. referências bibliográficas e de legislação.



Guia de Procedimentos Ambientais

Os setores com guia ambiental são os seguintes:

- · Energia
- · Infra-Estrutura
- Agronegócios
- · Comércio e Serviços
- · Saneamento Ambiental
- · Infra-Estrutura Urbana
- · Indústrias de Transformação
- · Indústrias Extrativas



A internalização da dimensão ambiental

O Novo Milênio

em 2005, com o objetivo de capacitar o corpo técnico do BNDES foram realizados dois seminários:

- Protocolo de Quioto Mudanças Climáticas e Créditos de Carbono, Meio
 Ambiente & Desenvolvimento Sustentável e Bioeletricidade;
 - A Segunda Revolução Energética da Cana-de-Açúcar.



A internalização da dimensão ambiental

O Novo Milênio

em janeiro de 2006, com o objetivo de reunir e divulgar conteúdos específicos da área ambiental, o BNDES desenvolveu para a sua Intranet o *site* "Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável".

Além dos cursos rotineiramente oferecidos, essa iniciativa contribuirá com a permanente necessidade de atualização/capacitação do corpo funcional do BNDES.



Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

INTRANET do BNDES: site Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável





A Dimensão Ambiental: Procedimentos e Forma de Apoio Atuais

Os pedidos de financiamento de apoio direto do BNDES ou de repasses de financiamentos superiores a R\$ 10 milhões obedecem ao seguinte fluxo operacional:



O Fluxo Operacional do BNDES

CONSULTA PRÉVIA - DEPRI

Entrada do Projeto (Carta-Consulta com informações técnicas, econômicas e sócio-ambientais)

ENQUADRAMENTO – COMITÊ DE CRÉDITO

Projeto de Acordo com a Política Operacional e Parâmetros de Risco (classificação de risco ambiental e recomendações sócio-ambientais para análise)

ANÁLISE - ÁREA OPERACIONAL



Detalhamento do Projeto e Análise Técnica, Jurídica, Econômico-Financeira e Sócio-Ambiental

APROVAÇÃO - DIRETORIA



Deliberação da Diretoria

CONTRATAÇÃO



Liberação dos Recursos, Acompanhamento da Execução do Projeto e dos Condicionantes Contratuais



Procedimentos e Forma de Apoio Atuais

Os pedidos de financiamento recebem, na fase de enquadramento, classificação de acordo com o seu impacto ambiental, conforme categorias abaixo:

Categoria	Risco e Magnitude de Impacto
Ambiental	
A	Atividade relacionada a riscos de impactos ambientais significativos. O licenciamento requer estudos de impactos, medidas preventivas e ações mitigadoras.
	Atividade associada a impactos ambientais mais leves e requer avaliação
В	e medidas específicas.
C	Atividade não apresenta, em princípio, risco ambiental.



Procedimentos e Forma de Apoio Atuais

Fase de Enquadramento dos Pedidos

- Avaliação preliminar dos aspectos ambientais do projeto e classificação da Categoria Ambiental, a partir de informações apresentadas pelo interessado na forma do Quadro Ambiental, presente no Anexo 6 da Carta-Consulta.
- Elaboração de eventuais recomendações ambientais, identificando oportunidades e riscos para as fases de Análise e/ou Acompanhamento.
- A Categoria Ambiental estabelecida para o empreendimento determina procedimentos distintos nas fases seguintes de Análise e Acompanhamento.



Dimensões de Avaliação:

- · LOCALIZAÇÃO
 - Área sensível
 - · Área geográfica
- · ATIVIDADES DO EMPREENDIMENTO
 - Ambiente social
 - Ambiente natural
 - Ambiente tecnológico
- · VISÕES E PRÁTICAS DA EMPRESA
 - Nível estratégico
 - Nível gerencial
 - Nível operacional



Dimensões de Avaliação:

- · ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO
 - · Licenciamento da Empresa
 - · Licenciamento do Projeto
- · EXISTÊNCIA DE PASSIVO AMBIENTAL



1. Localização do empreendimento

- () Zona Urbana
- () Distrito Industrial
- () Zona Rural
- () Situado no interior ou no entorno de Unidade de Proteção Integral
- () Situado no interior de Unidade de Uso Sustentável
- () Contém área reconhecida como Patrimônio Histórico, Cultural, Sítio Arqueológico ou Espeleológico (cavernas)
- () Há previsão de obras no interior de Áreas de Preservação Permanente
- () As comunidades do entorno apresentam restrições ao projeto

2. As atividades do empreendimento estão associadas a:

- () Deslocamento de populações
- () Desvios de cursos d'água
- () Captação de água subterrânea e/ou superficial
- () Desmatamentos de mata nativa ou drenagens em áreas superiores a 100 hectares
- () Produção de substâncias radioativas
- () Utilização, produção ou emissão de substâncias relacionadas no Protocolo de Montreal ou na Convenção de Estocolmo
- () Pesquisa de OGMs Organismos Geneticamente Modificados
- () Lançamento de efluentes no mar, em lagoas ou em cursos d'água;
- () Geração, tratamento, incineração, disposição final de resíduos sólidos
- () Emissão de poluentes atmosféricos
- () Geração de ruídos, odores, vibrações, radiações eletromagnéticas



3. Visão e praticas ambientais da empresa
() Política Ambiental expressa
() estrutura/organograma específico para tratar dos assuntos ambientais
() Certificação: Ambiental, Qualidade, Florestal, Biossegurança ou outras (especificar)
() sistema de gestão ambiental
() programa de segurança no trabalho, prevenção de acidentes, treinamento ou conscientização para
questões ambientais
() equipamentos para controle de emissões atmosféricas e efluentes líquidos
() programa de redução, reutilização, reciclagem ou coleta seletiva de resíduos
() monitoramento de emissões, aterros, efluentes, águas subterrâneas
() atividades de educação ambiental voltadas para a comunidade ou seus funcionários
4. Status do licenciamento da empresa
() a atividade da empresa requer licenciamento ambiental
() a empresa já obteve Licença de Operação (LO), Licença de Funcionamento (LF) ou Autorização
Ambiental de Funcionamento. Se a empresa tem mais de uma planta ou unidade produtiva, especificar a
situação do licenciamento
() a empresa celebrou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)
() a empresa possui propriedades rurais
() já mantém as áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente



5. Status do licenciamento do projeto () a atividade requer licenciamento ambiental () a atividade requer Relatório Ambiental Preliminar (RAP) () há necessidade de elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e () o estudo já foi aprovado pelo órgão ambiental () há necessidade de elaborar Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) () o projeto já obteve Licença Prévia, onde foram estabelecidas exigências de Plano Básico ou de Controle Ambiental para obtenção da Licença de Instalação () o projeto já obteve Licença de Instalação, onde foram estabelecidas condicionantes para obtenção da Licença de Operação () o projeto já obteve Licença de Operação, Licença de Funcionamento ou Autorização Ambiental de **Funcionamento** () há necessidade de Autorização ou Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, e () já foi aprovada pelo órgão ambiental competente () o projeto requer Plano de Manejo Florestal aprovado pelo órgão ambiental competente () há exigências de Compensação Ambiental

6. Existência de passivos ambientais

() Sítios contaminados, deposições antigas, depósitos de resíduos sólidos ou aterros abandonados, áreas suspeitas de contaminação, áreas de empréstimo, bota-fora, derramamento de líquidos, óleos e graxas, percolação de substâncias nocivas, lençol freático contaminado, presença de amianto, transformadores com ascarel, áreas alteradas, erosões, terras salinizadas ou outros (especificar)



Fase de Enquadramento: Recomendações Ambientais Típicas

- · Implementação de Sistema de Gestão Ambiental
- · Incentivo para obtenção de certificação (ex.: ISO 14001)
- · Acompanhamento do atendimento das condicionantes do licenciamento
- · Acompanhamento da evolução dos indicadores sócio-ambientais
- · Verificação do atendimento de eventual TAC
- · Incentivo a projetos de eficiência energética
- · Verificação do atendimento do Código Florestal
- · Apoio à empresa na adequação/certificação ambiental de seus fornecedores



Procedimentos e Forma de Apoio Atuais

Fase de Análise dos Pedidos

- ➤ avaliação da regularidade do empreendimento perante o órgão de meio ambiente e pendências judiciais;
- avaliação de aspectos energéticos e ambientais dos projetos, a partir das informações obtidas:
 - no Quadro Ambiental;
 - nas recomendações ambientais;
 - a partir de questionário setorial padrão enviado pelas empresas;
 - a partir dos Guias de Procedimentos Ambientais do BNDES;



Procedimentos e Forma de Apoio Atuais

Fase de Análise dos Pedidos

- avaliação das questões relativas à higiene e segurança do trabalho;
- solicitação das medidas mitigadoras e/ou compensatórias do projeto.



Procedimentos e Forma de Apoio Atuais

Fase de Aprovação e Contratação dos Financiamentos

- ▶ verificação da regularidade ambiental do projeto por meio de apresentação da Licença de Instalação e demais autorizações ambientais concedidas pelos órgãos de meio-ambiente estadual, ou pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis e da Amazônia Legal (IBAMA), observando-se a aprovação de Estudos e Avaliações de Impacto Ambiental (EIA);
- inclusão de possíveis condicionantes de natureza ambiental selecionados a partir do estabelecido nas licenças obtidas, ou em complemento às exigências previstas em lei, quando for o caso.



A Dimensão Ambiental:

Procedimentos e Forma de Apoio Atuais

Fase de Acompanhamento dos Financiamentos

- avaliação da regularidade ambiental do projeto (Licença de Operação deve ser apresentada 180 dias após a última parcela de desembolso);
- comprovação do cumprimento de eventuais medidas mitigadoras, obrigações em termos de ajuste de conduta e condicionantes estabelecidas no licenciamento e presentes no contrato de financiamento.



A Dimensão Ambiental:

Procedimentos e Forma de Apoio Atuais

- Linhas de Financiamento Específicas para Meio Ambiente
 - ✓ Linha de Meio Ambiente tecnologias limpas, gestão ambiental, passivos ambientais
 - ✓ PROESCO eficiência energética
 - ✓ REFLORESTA reflorestamento
 - ✓ PMAE Ambiental órgãos de meio ambiente
- Linha de Financiamento Específica para Meio Ambiente não reembolsável
 - ✓ FUNTEC Energias Renováveis e Redução das Emissões Industriais e
 Veiculares
 - ✓ Fundo Amazônia



Dimensão Social

A consideração dos impactos sociais dos empreendimentos submetidos ao BNDES é uma iniciativa ainda em fase de consolidação, à semelhança de outras empresas, apesar do pioneirismo da criação, em 1982, da Área de Desenvolvimento Social.



A internalização da dimensão social

Anos 80

em maio/1982, o Decreto-Lei 1.940 cria o Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL), com recursos oriundos de contribuição social sobre venda de mercadorias e serviços e receita de instituições financeiras, destinados a custear investimentos em alimentação, habitação popular, saúde, educação e amparo ao pequeno agricultor e designa o Banco o gestor do FINSOCIAL;

► BNDE altera para BNDES e passa a aplicar os recursos do FINSOCIAL segundo orientação estabelecida pela Presidência da República, sem autonomia de decisão do destino das aplicações;

é criada a Área de Desenvolvimento Social.



A internalização da dimensão social

Anos 90

poverno Collor extingue o FINSOCIAL e o BNDES sua Área de Desenvolvimento Social, mantendo o "S" em seu nome;

pressões externas da sociedade (principalmente do CODEFAT) e a rica experiência adquirida na gestão do FINSOCIAL levam à recriação, em fev/1996, da Área de Desenvolvimento Social;

a criação do Fundo Social do BNDES, em jul/1997, possibilita autonomia para estabelecimento de uma estratégia orientada para a aplicação desses recursos não reembolsáveis;

o Fundo Social é constituído de dotações correspondentes a até 10% do lucro líquido no ano anterior e limitadas a 0,5% do Patrimônio Líquido do BNDES;



A internalização da dimensão social

Anos 90

▶ a atuação se dava por programas como: Apoio a Crianças e Jovens em Situação de Risco Social; Fomento e Divulgação de Projetos Sociais; Apoio a Projetos Multissetoriais Integrados em Áreas de Extrema Pobreza; Desenvolvimento Local e Apoio à Consolidação e Universalização da Atenção Básica em Saúde;

em 1999 foi criada a linha de apoio "Redes Locais de Atenção à Criança e ao Adolescente", objetivando o atendimento dos direitos estabelecidos no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.



A internalização da dimensão social

O Novo Milênio

▶ no plano estratégico 2000/2005, o BNDES anuncia em sua missão — pela primeira vez, de forma explícita — a prioridade para a redução das desigualdades regionais e sociais do País e para a manutenção e geração de empregos: o desenvolvimento social e urbano é uma das dimensões prioritárias na agenda de investimentos do Banco;

conseqüências: trabalhar em setores para os quais o grau de conhecimento era ainda reduzido, como saúde e educação, e em novas áreas de conhecimento, como microfinanças e desenvolvimento local. Envolvimento com um novo perfil de clientes – como o setor público e as ONGs – para os quais se estruturou novos produtos e procedimentos operacionais.



A internalização da dimensão social

O Novo Milênio

▶ na publicação "A experiência da área de desenvolvimento social no período 1996-2002", disponível na Internet, pode ser encontrada a descrição das ações apoiadas pelo BNDES nesse período.

http://www.bndes.gov.br/conhecimento/bndes_social/bndes_social7.pdf



A internalização da dimensão social

O Novo Milênio

em maio/2005 é modificada a forma de aplicação do Fundo Social, com a extinção dos programas e o estabelecimento das diretrizes de atuação com foco em bases territoriais que apresentem maiores carências e/ou potencialidades, priorizando projetos que atuem de forma intersetorial e inter-institucional, objetivando a ampliação do impacto das ações apoiadas sobre as condições de vida das populações beneficiadas e contribuindo para a complementação de políticas de desenvolvimento regional e social de áreas de baixa renda.



A internalização da dimensão social

O Novo Milênio

- Área de Inclusão Social − hoje com cinco Departamentos
 Operacionais − atua, principalmente, nos seguintes segmentos:
 - DEURB: Desenvolvimento Urbano e Regional
 - DESAM: Saneamento Ambiental; Transporte Urbano
 - DEPOS: Saúde; Educação; Justiça; Desenvolvimento Social
 - DEGEP: Fortalecimento da Gestão Pública
 - DESOL: Microfinanças; Autogestão; Arranjos Produtivos
 Locais



A internalização da dimensão social

O Novo Milênio

▶ o impacto da implementação dos projetos sobre a estrutura social das localidades, bem como a relação da empresa com seus colaboradores e sua atuação "extramuros" não é, ainda, objeto de análise sistemática no fluxo operacional do BNDES, embora a realidade brasileira mostre uma crescente evolução das empresas no trato dessas relações e o tema já seja objeto de estudos internos e de iniciativas individuais desde o início da década de 90.

► a internalização da dimensão social é um desafio que se apresenta fortemente nas diretrizes do Planejamento Corporativo 2009/2014.



A internalização da dimensão social

Planejamento Corporativo 2009/2014

Três frentes de trabalho:

- avanço da Responsabilidade Social Interna do BNDES;
- ▶ internalização da Dimensão Social no fluxo operacional do BNDES;
- divulgação e fomento (interno e externo à Instituição) da Linha"Investimentos Sociais de Empresas".



Avanço da Responsabilidade Social Interna do BNDES

- ► Projeto AGIR gestão integrada de recursos;
- ► Programa Jovem Aprendiz;
- ▶ Programa Novos Tempos − preparação para a aposentadoria;
- Programa de Educação Corporativa;
- Programa Pró-Equidade de Gênero − adesão em 13/02/2008;
- Criação da Gerência de Responsabilidade Social e mudança do nome do Departamento de Meio-Ambiente para Departamento de Meio-Ambiente e Responsabilidade Social;
- Em estudo a criação de uma Área Operacional para tratar dos assuntos de Meio Ambiente e Responsabilidade Social.



A Dimensão Social:

Procedimentos e Forma de Apoio Atuais

A internalização da dimensão social

Fase de Enquadramento dos Pedidos

- Avaliação preliminar da gestão dos aspectos sociais da empresa e dos impactos sociais do projeto, a partir de informações apresentadas pelo interessado na forma do Quadro de Aspectos Sociais, presente no Anexo 7 da Carta-Consulta.
- Elaboração de eventuais recomendações sociais, identificando oportunidades e riscos para as fases de Análise e/ou Acompanhamento.



A Dimensão Social:

Procedimentos e Forma de Apoio Atuais

A internalização da dimensão social

Quadro de Aspectos Sociais Objetivo

- Explicitar a importância atribuída pelo BNDES às questões de natureza social;
- Uniformizar as informações sociais solicitadas e tratadas nas análises de operações.



A Dimensão Social:

Procedimentos e Forma de Apoio Atuais

A internalização da dimensão social

Quadro de Aspectos Sociais Tópicos Abordados

- ✓ Gestão empresarial no exercício da RSC;
- ✓ Impactos sociais / externalidades dos projetos econômicos;
- ✓ Projetos ou investimentos sociais apoiados ou realizados pela empresa.



A) Gestão de Aspectos Sociais da Empresa

() Publica relatório ou balanço social? Qual o modelo utilizado?Há quanto tempo?
() Existe política de responsabilidade social corporativa (RSC) definida e divulgada?
() Tem estrutura organizacional ou área específica para tratar de RSC ou das ações sociais? Qual?
() A empresa é certificada ou utiliza padrões de certificação de âmbito nacional e internacional? Quais?
() Já participou ou obteve reconhecimentos/prêmios obtidos por sua atuação e gestão de aspectos sociais? Quais?
() Adota e dissemina Código de Ética?
() Concede benefícios adicionais aos previstos em lei aos seus empregados? Quais?



() Desenvolve programas de elevação do nível de escolaridade dos trabalhadores?
() Existem programas de ascensão profissional?
() Existe canal formal de comunicação dos trabalhadores com a alta administração?
() Desenvolve e articula programas de reinserção profissional e requalificação de funcionários em caso de demissão ou reestruturação?
() Promove ações internas de prevenção e promoção da saúde (DST/AIDS, tabagismo, dependência química, câncer, obesidade, etc)?
() Desenvolve ações ou políticas de acesso à moradia?
() Disponibiliza serviços médicos aos trabalhadores próprios e aos terceirizados
() Existe política ou área específica para relacionamento com clientes e fornecedores? Quais?
() Estabelece critérios e indicadores de práticas trabalhistas e direitos humanos para serem adotados por seus fornecedores?
() Monitora o cumprimento e desempenho quanto aos indicadores e atividades acima mencionados?
() Promove programas de desenvolvimento e qualificação de seus fornecedores?
() Desenvolve programas de voluntariado?



B) Gestão de Aspectos Sociais - Âmbito Externo à

Empresa (comunidades do entorno, região de influência geográfica ou abrangência de atuação empresarial)

- () Possui política de recrutamento e capacitação de moradores locais para trabalhar nas obras e na empresa?
- () A empresa realiza investimentos/ações sociais nas comunidades do entorno de suas operações ou região de influência?
- () Existe processo de monitoramento e ou avaliação dos resultados dos investimentos/ ações sociais realizadas ou apoiadas?
- () Realiza diagnóstico da realidade social onde a empresa está inserida?
- () Estabeleceu foco de atuação para os investimentos sociais? Qual? .
- () Existe canal formal de comunicação da comunidade com a administração?
- () As ações sociais ou investimentos sociais são desenvolvidos em parcerias com ONG's, instituições públicas ou governamentais?
- () A empresa tem parcerias com o setor público (municipal, estadual, federal)? Quais (principais)?......
- () Possui parcerias/ convênios com universidades?



C) Impactos Sociais do Projeto Econômico

() No atual estágio de desenvolvimento do projeto, a empresa identifica impactos sociais positivos e negativos decorrentes da
implantação do projeto em sua área de abrangência? Quais? ()
Estabeleceu foco de atuação para os investimentos sociais
decorrentes do projeto, se planejados? Qual?
() Há previsão de fluxo migratório, deslocamento de populações ou
desapropriações ?
desapropriações :
() No atual estágio de desenvolvimento do projeto, a empresa
identifica impactos nas áreas de habitação, saúde, educação e
assistência social dos municípios envolvidos, tendo em vista a atração
de população para o local do empreendimento?
() Há plano de regresso de trabalhadores temporários aos locais de
origem?
() Há algum plano de inserção ou de facilitação da convivência dos
trabalhadores temporários com as comunidades locais envolvidas?
transminadores temperarios estri as estribulidades results cirvervidas i



Fase de Enquadramento: Recomendações Sociais Típicas

- · verificação da conformidade legal, em especial as trabalhistas e sociais;
- · cadeia de suprimentos e fornecedores: analisar política relativa aos fornecedores, em especial, a adoção de salvaguardas e metas de conformidade envolvendo questões legais e boas práticas de responsabilidade social;
- · oportunidades de ações e investimentos sociais, com atenção especial para o componente de emprego fixo ou temporário, diretos e indiretos, com possíveis impactos sobre o território, a oferta de infra-estrutura urbana e social e a geração de oportunidades de trabalho e renda para a população local;
- · divulgação da Linha de Investimentos Sociais.



Fase de Análise dos Pedidos

- ▶ avaliação da regularidade da empresa perante questões fiscais, trabalhistas e jurídicas;
- avaliação das recomendações sociais sugeridas quando do Enquadramento;
- avaliação das respostas ao Quadro de Aspectos Sociais versus a realidade encontrada na visita;
- avaliação de oportunidades de projetos sociais em parcerias com o poder público local;
- avaliação se o projeto obedece à legislação para pessoas portadoras de deficiência;
- recomendações especiais para o acompanhamento.



Fase de Aprovação e Contratação dos Financiamentos

la cláusulas sociais padronizadas:

- inexistência de inscrição no Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, instituído pela Portaria nº 540, de 15.10.04, do Ministério do Trabalho e Emprego;
- inexistência de sentença condenatória transitada em julgado ou de ato administrativo, exarado por entidade oficial, em decorrência de suas atribuições legais, concernentes à prática de atos, pela Beneficiária, que importem em infringência à legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo.



Fase de Aprovação e Contratação dos Financiamentos

cláusulas sociais padronizadas:

– na hipótese de ocorrer, em função do projeto apoiado, redução do quadro de pessoal da BENEFICIÁRIA durante o período de vigência do Contrato, oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas, após ter submetido ao BNDES, para apreciação, documento que especifique e ateste a conclusão das negociações realizadas com a(s) competentes(s) representação(ões) dos trabalhadores envolvidos no processo de demissão;



Fase de Aprovação e Contratação dos Financiamentos

cláusulas sociais padronizadas:

- adotar, durante o prazo de vigência do Contrato, medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto apoiado;
- observar, durante o prazo de vigência do Contrato, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência.



Fase de Aprovação e Contratação dos Financiamentos

la cláusulas sociais padronizadas:

Vencimento Antecipado

- O BNDES poderá decretar o vencimento antecipado do Contrato, com a exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, se forem comprovados:
- a) a redução do quadro de pessoal da BENEFICIÁRIA sem atendimento ao disposto na Condição Especial nº;
- b) a existência de sentença condenatória transitada em julgado relativamente à prática de atos, pela Beneficiária, que importem em infringência à legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo.



A Internalização da Dimensão Social: Próximos Passos

Conhecimento e Capacitação Técnica

Desenvolvimento de treinamento:

- temas sociais/ realidade brasileira;
- questões sociais específicas dos setores econômicos;
- conceitos, iniciativas, estratégias e projetos no campo
 da responsabilidade social empresarial.



A Internalização da Dimensão Social: Próximos Passos

- Conhecimento, Capacitação e Divulgação
 - Portal e "Banco do Conhecimento";
 - Seminários e Palestras;
 - **■** Textos especiais:
 - atuação do BNDES na indução e apoio a investimentos sociais de empresas;
 - · estudos setoriais;
 - · discussão de casos exemplares.



A Internalização da Dimensão Social: Próximos Passos

Metodologias e Instrumentos de Análise

■ Guia de análise da gestão de aspectos sociais pelas empresas / RSC;

■ Identificação e tratamento de impactos sociais dos Projetos Econômicos em diferentes setores.



Linha "Investimentos Sociais de Empresas"

OBJETIVO

Financiamento destinado à implantação, expansão e consolidação de projetos e programas de investimentos sociais realizados por empresas ou em parceria com instituições públicas e/ou associações de fins não-econômicos.

BENEFICIÁRIOS

Empresas públicas e privadas.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Projetos ou programas de investimentos sociais que objetivem a elevação do grau de responsabilidade social empresarial, voltados para a articulação e o fortalecimento de políticas públicas desenvolvidas nos diferentes níveis federativos.



Linha "Investimentos Sociais de Empresas"

Critérios para estimular e financiar investimentos sociais de empresas

· hierarquia e abrangência de ações:

interno externo macro

- · custeio das ações sociais assegurado;
- · articulação com políticas públicas;
- não-substituição de recursos privados por públicos;
- melhorias e boas práticas nas relações trabalhistas, apoio a programas de diversidade e ações afirmativas.



Projetos Apoiáveis

Grupo I – Âmbito da Empresa: Ambiente Interno ou Corporativo

Ações onde o público-alvo são os empregados da empresa e seus dependentes ou familiares, os empregados de fornecedores de insumos, materiais e serviços ou clientes.

Grupo II – Âmbito da Comunidade:

a) Ambiente Externo com Influência Local e Micro Regional Ações que tenham como público-alvo as populações localizadas em comunidades do entorno ou das áreas de influência geográfica das empresas.

b) Ambiente Macro-Social

Ações que beneficiem segmentos da população nacional, não diretamente associados às iniciativas empresariais ou em suas áreas de influência, que visem somar esforços com programas e políticas sociais públicas.



ITENS FINANCIÁVEIS

- > obras civis destinadas à instalação, expansão, reforma e outras benfeitorias
- aquisição de máquinas, equipamentos e materiais permanentes;
- > serviços técnicos especializados, tecnologia da informação e capacitação;
- desenvolvimento, difusão e reaplicação de tecnologias sociais aprimoradoras de políticas públicas;
- aquisição de terrenos e outros bens imóveis (projetos para a comunidade).

ITENS NÃO FINANCIÁVEIS

- ações e projetos sociais contemplados com incentivos fiscais, bem como de caráter legal e obrigatório;
- > treinamento relacionado às atividades empresariais;
- ações associadas à performance comercial e competitiva, desenvolvimento direto de mercado consumidor e ações de marketing institucional ligadas a causas e campanhas;
- custeio e manutenção de atividades e benefícios adicionais voltados para funcionários, que tenham caráter permanente e possam ser caracterizados como política de recursos humanos.



CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO

CUSTO FINANCEIRO

Remuneração: TJLP + spread diferenciado conforme quadro abaixo:

CARACTERÍSTICA DOS INVESTIMENTOS	SPREAD	NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO	Taxa de Risco
	(% a a)	(%)	
Âmbito da Empresa	0,9	80 a 100	Não aplicável
Âmbito da Comunidade	0,0	100	

Prazo máximo de até 96 meses, incluído carência de até 24 meses.

FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO

- a) Subcrédito Social vinculado ao financiamento de projeto produtivo;
- b) <u>Contrato Específico</u> de financiamento para projeto ou programa de investimentos sociais.



OBRIGADA PELA ATENÇÃO

amacedo@bndes.gov.br